

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

DIVERSOS

Departamento de Administração

BOLETIM

BOLETIM Nº 191/2025

Foram registrados neste Departamento, para os devidos e correspondentes efeitos, os seguintes atos:

- do Senhor Procurador-Geral do Estado e do Senhor Contador e Auditor-Geral do Estado:

DECISÃO CONJUNTA PGE/CAGE Nº 001, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Processo Administrativo nº 24/1000-0008034-6

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO** e o **CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 10, § 2º, da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, e pelo artigo 6º do Decreto Estadual nº 55.631, de 09 de dezembro de 2020, em atenção ao estabelecido no artigo 36 do referido Decreto, procedem à análise e julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) em epígrafe, acolhendo as conclusões do Relatório Final da Comissão Processante com os acréscimos da Manifestação Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado para, mediante a fundamentação a seguir exposta, DECIDIR.

I. DO CONTEXTO FÁTICO, LEGAL E DO ENQUADRAMENTO DA RESPONSABILIDADE

O presente Processo Administrativo de Responsabilização foi instaurado em razão de atos lesivos praticados pela pessoa jurídica **DYNAMIC SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.**, CNPJ sob o nº **29.721.277/0001-95**, que culminaram na frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme apurado pela Comissão Processante ao longo de sua atuação.

A empresa incorreu na prática do ato lesivo tipificado no artigo 3º, inciso IV, alínea 'd', da Lei Estadual nº 15.228/2018, que trata da fraude ou ajuste destinado a frustrar, mediante qualquer expediente, o caráter competitivo de certames públicos, configurando grave violação aos princípios basilares da licitação e da probidade administrativa.

A materialidade dos atos ilícitos restou devidamente comprovada, demonstrando que a conduta da empresa teve o condão de afetar o resultado do processo licitatório, sendo que a responsabilidade é de natureza objetiva, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 15.228/2018, que exige apenas a comprovação do nexo causal e da materialidade do ato lesivo, elementos que foram plenamente demonstrados pela instrução processual, culminando na necessidade inafastável de aplicação das sanções pertinentes.

II. DA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA E DA APLICAÇÃO DA MULTA

A dosimetria da sanção pecuniária observou os critérios estabelecidos no artigo 20 da Lei Estadual nº 15.228/2018 e nos artigos 49 a 52 do Decreto Estadual nº 55.631/2020, considerando-se a gravidade da infração, que atingiu a lisura do processo licitatório, e a condição econômica da pessoa jurídica, conforme apurado nos autos.

Buscando a estrita observância ao princípio da proporcionalidade e da capacidade contributiva, e considerando que o impacto financeiro direto ou a eventual vantagem auferida pela empresa foi avaliada como relativamente reduzida, procedeu-se à fixação da multa pecuniária na faixa mínima aplicável diante da tipificação da fraude de licitação.

Assim, a multa foi arbitrada no valor de **R\$ 5.249,88 (cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**, montante que se revela compatível com a situação econômica da empresa e o grau de lesão apurado, complementando a punição administrativa com a imposição de sanções mais severas de caráter restritivo de direitos essenciais.

III. DA IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITOS E EXTRAORDINÁRIAS

Considerando a gravidade intrínseca da fraude à licitação, que impõe a necessidade de um caráter pedagógico e exemplar, a **DYNAMIC SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA** . será submetida à publicação extraordinária da decisão condenatória, nos termos do artigo 20, inciso II, da Lei Estadual nº 15.228/2018 e artigo 56 do Decreto regulamentador, a ser executada em múltiplos canais (meio de comunicação de grande circulação, edital afixado e sítio eletrônico da empresa) para garantir a máxima publicidade punitiva e informar o mercado sobre a conduta reprovável.

Adicionalmente, em razão da lesão causada, impõe-se a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 (três) **anos** , sendo esta medida fundamentada subsidiariamente no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando que a empresa punida seja afastada do ambiente concorrencial público pelo tempo necessário para restabelecer a confiança administrativa, sendo esta restrição de direito proporcional e indispensável para dissuadir a reiteração da conduta fraudulenta.

IV. PARTE DISPOSITIVA

Diante do exposto e dos fundamentos fáticos e jurídicos contidos no Relatório Final da Comissão Processante e na Manifestação Jurídica da Assessoria Jurídica e Legislativa da Procuradoria-Geral do Estado, adotados como razões desta decisão, e com fundamento no artigo 19 da Lei Estadual nº 15.228/2018 c/c o artigo 36 do Decreto Estadual nº 55.631/2020, as autoridades signatárias decidem pela aplicação das seguintes penalidades à pessoa jurídica **DYNAMIC SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA** . , CNPJ nº **29.721.277/0001-95** , pela prática comprovada do ato lesivo previsto no artigo 3º, inciso IV, alínea 'd', da Lei Estadual nº 15.228/2018:

a) Imposição de **multa** no valor de **R\$ 5.249,88 (cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**, em observância ao artigo 20, inciso I, da Lei Estadual nº 15.228/2018 e artigos 49 a 52 do Decreto Estadual nº 55.631/2020, com notificação para o respectivo recolhimento no prazo legal.

b) Imposição da sanção de **publicação extraordinária da decisão condenatória** , nos termos do artigo 20, inciso II, da Lei Estadual nº 15.228/2018 e artigo 56 do Decreto Estadual nº 55.631/2020, a ser cumprida de forma concomitante em meio de comunicação de grande circulação, em edital afixado no estabelecimento e em seu sítio eletrônico, permanecendo visível por, no mínimo, 30 (trinta) dias.

c) Imposição da sanção de **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública do Estado, pelo prazo determinado de 3 (três) anos, com fundamento legal subsidiário e complementar no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Extrato desta decisão também deverá ser publicado no sítio eletrônico do Portal de Transparência do Estado e nos sítios eletrônicos da Procuradoria-Geral do Estado e da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

Determina-se o encaminhamento dos autos à **Comissão Permanente de Responsabilização da Pessoa Jurídica (CRPJ)** para que proceda aos demais encaminhamentos e providências decorrentes desta decisão, incluindo a intimação da pessoa jurídica punida, a inscrição da sanção nos cadastros pertinentes e o acompanhamento integral do cumprimento das penalidades ora estabelecidas.

Fica expressamente estabelecido que os efeitos jurídicos e materiais desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo legal para interposição de recurso, nos termos dos artigos 37 e seguintes do Decreto Estadual nº 55.631/2020.

- do Senhor Procurador-Geral do Estado:

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 5º, inciso IV, do Decreto nº 53.481/17, e tendo em vista o que consta no processo nº 25/1000-0024713-0, EXONERA, a pedido, a contar de 25-11-2025, DANIEL DA SILVA BARRETO, identificação funcional nº 4859820/1, do cargo de Analista Jurídico Setorial, Grau "A", Nível II, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei Complementar nº 10.098/94, em virtude de assunção em outro cargo público.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 5º, inciso IV, do Decreto nº 53.481/17, e tendo em vista o que consta no processo nº 25/1000-0024799-8, EXONERA, a pedido, a contar de 01-12-2025, MAIGA MARQUES DIAS, identificação funcional nº 3949265/2, do cargo de Analista Engenheiro Civil, Grau "D", Nível II, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei Complementar nº 10.098/94, em virtude de assunção em outro cargo público.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 5º, inciso IV, do Decreto nº 53.481/17, e tendo em vista o que consta no processo nº 25/1000-0024572-3, EXONERA, a pedido, a contar de 24-11-2025, PEDRO COELHO MARQUES, identificação funcional nº 4823451/2, do cargo de Analista Jurídico, Grau "A", Nível III, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei Complementar nº 10.098/94, em virtude de assunção em outro cargo público.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 5º, inciso IV, do Decreto nº 53.481/17, e tendo em vista o que consta no processo nº 25/1000-0024573-1, EXONERA, a pedido, a contar de 17-11-2025, THIAGO BORGES PEREIRA, identificação funcional nº 3960340/1, do cargo de Técnico Administrativo, Grau "C", Nível II, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei Complementar nº 10.098/94, em virtude de assunção em outro cargo público.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2025.

PORTARIA Nº 808, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 22, parágrafo único, da Lei nº 13.380/10, com a redação dada pela Lei nº 16.165/24, DEFINE, a contar de 22-12-2025, o exercício da Analista Jurídica Setorial do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, lotada na Procuradoria-Geral do Estado, PATRÍCIA PAYERAS SUMAN, identificação funcional nº 4911245/2, na Procuradoria Setorial junto à Secretaria de Logística e Transportes - SELT.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, autoriza o afastamento a seguir relacionado:

PROCESSO: 25/1000-0023334-2.

NOME: Cláudia Ruzicki Kremer.

CARGO: Procuradora do Estado.

IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: 2665913/1.

LOTAÇÃO: Procuradoria-Geral do Estado.

DESTINO: Recife - PE.

PERÍODO: 10 a 12 de dezembro de 2025.

Nº DE DIÁRIAS: Duas diárias e meia.

CONDIÇÕES: Sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens, sem prejuízo das atribuições inerentes ao cargo de provimento efetivo, com direito a passagens aéreas de ida e volta, diárias e inscrição, custeadas com recursos do FURPGE.

MOTIVO: Em objeto de serviço. Participar do 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, promovido pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM.

Porto Alegre, 01 de dezembro de 2025.

- do Senhor Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos:

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, nos termos do § 3º do artigo 2º do Decreto nº 40.879/01, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 58.243/25, considera autorizado o afastamento a seguir relacionado:

PROCESSO: 25/1000-0024936-2.

NOME: Eduardo Cunha da Costa.

CARGO: Procurador-Geral do Estado.

IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: 2939576/1.

LOTAÇÃO: Procuradoria-Geral do Estado.

DESTINO: Brasília - DF.

PERÍODO: 18 a 19 de novembro de 2025.

Nº DE DIÁRIAS: Uma diária e meia.

CONDIÇÕES: Sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens, com direito ao pagamento de diárias e passagens aéreas de ida e de volta.

MOTIVO: Em objeto de serviço. Participar de reuniões de trabalho.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

Marcelo dos Santos Frizzo,

Diretor do Departamento de Administração.

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Av. Borges de Medeiros, 1555, 14º andar
Porto Alegre
MARCELO DOS SANTOS FRIZZO
Diretor de Departamento
Av. Borges de Medeiros, 1555, 14º andar
Porto Alegre
Fone: 5132881738

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 3 de dezembro de 2025

Protocolo: **2025001353563**

Publicado a partir da página: **11**